



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul

CONTRATO Nº 035/2015.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS - MS E O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COLONIA - (CIDECO).

Pelo presente, com base na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e Lei Municipal Nº 538/2009 do Contrato de Consórcio Público, de um lado, o MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - MS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Francisco Alves da Silva, 443 - Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o Nº.03.903.176/0001-41, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Maria das Dores de Oliveira Viana, abaixo assinada, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA - CIDECO, Consórcio Público de Direito Público inscrito no CNPJ do MF sob o nº 11.417.936/0001-39 e constituído na forma dos seus Estatutos, com sede na Avenida Tancredo de Almeida Neves, S/N - CEAD, CEP 79730-000, s/nº, no Município de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representado por seu representante o Senhor Arceno Athas Junior, brasileiro, portador da carteira de identidade tipo RG nº. RG nº 1373121, emitida pela SSP/PR e do CPF nº 432.162.429-00, perante testemunhas, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e acordado este CONTRATO DE RATEIO, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, à Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, ao Contrato de Consórcio Público e ao Estatuto Social, na forma seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto Contrato de Rateio o repasse de recursos do **MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS MS**, ao **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA - CONTRATADO**, para pagar **COTAS DE RATEIO** referentes às despesas administrativas e de Contratos de Programa, firmadas entre os municípios consorciados, por gestão associada, nos termos do Artigo 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, artigos 13 e 18 do Decreto nº 6.017/2007, Lei Municipal Nº 538/2009 do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social, cujo valor das cotas do Município, definidas ao Exercício Fiscal 2015, totalizam R\$-22.000,00 (vinte e dois mil reais), conforme descrito no Programação Consorciada Pactuada/Contratada- PPC - Obrigações do Exercício 2015, do ANEXO I, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

§1º - O valor deste Contrato previsto no Caput, corresponde as obrigação legais constituídas, cujo pagamento será feito em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$-2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), especificado na Programação Consorciada Pactuada/Contratada- PPC - Obrigações do Exercício 2015, do ANEXO I deste Contrato, vencendo a primeira na assinatura deste Contrato e as demais no dia 10 de mês subsequente ao vencimento da parcela.

§2º - Considera-se despesa do **CONTRATADO**, entre outra que vierem a ser regularmente constituídas:

a) Despesas com aquisição de equipamentos, instalação e manutenção da administrativa;

- b) Despesas à execução do objeto e finalidades do **CIDECO**, relativas a prestação de serviços ao **CONTRATANTE**, previstas no Contrato de Consórcio Público, Contratos de Programa e outras formas previstas em lei;
- c) Despesas com remuneração de servidores, nela incluídas obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- d) Despesa de serviços técnicos e de comunicação, consultoria especializada, logística, eventos administrativos e materiais de consumo.

§3º - Este Contrato de Rateio poderá ser modificado, mediante acordo entre os partícipes, através de Termo Aditivo, alterando a PPC e outras, vedada a modificação do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1. DO CONTRATANTE: Atendendo o Artigo 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, artigos 13 e 18 do Decreto nº 6.017/2007, Lei Municipal Nº 538/2009 do Contrato de Consórcio Público e Estatuto social do **CIDECO**.

I. O **CONTRATANTE** fica obrigado a repassar recursos previstos no Objeto deste Contrato para custear despesas consorciadas em gestão associada, denominada COTA DE RATEIO, a qual é dividida em duas partes, FIXA E VARIÁVEL, assim definidas:

a) A COTA FIXA DE RATEIO se refere ao custeio administrativo e de manutenção do **CONTRATANTE**, rateada igualmente entre todos os entes consorciados, conforme os respectivos Contratos de Consórcio Público e o Estatuto Social do **CIDECO**;

b) A COTA VARIÁVEL DE RATEIO se refere a repasses de recursos contraídos pelo **CONTRATANTE**, em seu benefício direto, por meio de Contrato de Programa firmado com o **CONTRATADO**, em prestação de serviços por gestão associada.

§ 1º. Fica estabelecido ao **CONTRATANTE** repassar a COTA FIXA DE RATEIO 2015, ao **CONTRATANTE** em 08 (oito) parcelas mensais no valor acumulado de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), referente ao Exercício 2015, pagando a primeira na assinatura e a última até 31 de dezembro de 2015, atendendo ao que define o §2º do Artigo 27 do Estatuto Social do **CONTRATADO**.

§ 2º A COTA VARIÁVEL DE RATEIO será repassada ao **CONTRATADO** conforme definem os respectivos Contratos de Programa que deram causa às obrigações do **CONTRATANTE**, na forma inscrita na Programação Consorciada Pactuada/Contratada-PPC, descrita no ANEXO I deste Contrato.

§ 3º A celebração do presente Contrato de Rateio, sem prévia e suficiente dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em lei, constituirá ato de improbidade administrativa do **CONTRATANTE**.

§ 4º Os repasses das cotas de rateio, Fixa e Variável, previstos nesta CLÁUSULA devem ocorrer mensalmente até o dia 10 do mês subseqüente ao vencimento das cotas/parcela.

2.2. DO CONTRATADO: Atendendo o Artigo 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, artigos 13 e 18 do Decreto nº 6.017/2007, Lei Municipal Nº 538/2009 do Contrato de Consórcio Público e Estatuto social do **CIDECO**.

I. Executar o objeto contratado, nas condições estabelecidas e apresentar ao **CONTRATANTE**, relatórios, periódico e anual, dos serviços desenvolvidos;

II. Disponibilizar ao CONTRATANTE, informações contábeis e demonstrações financeiras, conforme define o Artigo 8º da Lei Federal nº 11.107/2005 e demais exigências legais dos órgãos de controle do serviço público, relativas à aplicação dos recursos contratados;

III. Permitir o livre acesso dos representantes do CONTRATANTE e dos órgãos de controle do serviço público, às suas instalações e aos documentos relacionados ao cumprimento deste Contrato; e

IV. Fornecer informações e certidões a cidadãos e organizações da sociedade civil sobre a execução deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

1.1. O presente Contrato terá vigência de 04 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015, referente ao exercício fiscal 2015.

CLÁUSULA QUARTA - DAS METAS E ESTRATÉGIAS

4.1. As metas a serem alcançadas na vigência deste Contrato e execução da **COTA FIXA DE RATEIO**:

META	Atividades	Despesas
1. Manter escritório em Glória de Dourados.	Manter estrutura e operacionalidade do Escritório.	Custeio de telefone, energia, material de expediente, etc.
2. Contratar pessoal.	1. Atividades Administrativas.	Salários de servidores
3. Apoio operacional e Logístico.	2. Atendimento de rotina ao Município.	Despesas com equipamentos, Comunicação, materiais, transporte e viagens.
	3. Articulação institucional	
	4. Realização de eventos e reuniões administrativas e técnicas institucionais.	
5. Realizar Consultoria Especializada	1. Gestão estratégica do CONTRATADO. 2. Planejamento e Projetos.	Custeio dos serviços.

Parágrafo Único: As metas a serem alcançadas na vigência deste Contrato, relativas às cotas variáveis de rateio, serão aquelas definidas nos respectivos Contratos de Programa.

CLAUSULA QUINTA - DA GESTÃO ASSOCIADA

5.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a efetividade das metas contratadas e a transparência na gestão associada, os partícipes se comprometem a aplicar em seus atos as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, Estatuto social e legislação em vigor, para efeito dos princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência, economicidade e legitimidade.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRODUTOS ESPERADOS

6.1. O CONTRATADO realizando planejamento e prognóstico de soluções às demandas do CONTRATANTE e dos municípios consorciados, apoiando o desenvolvimento de Projetos de desenvolvimento local e territorial, por sistemas de gestão associada;

6.2.

6.3. O CONTRATADO estabelecido como articulador na captação de recursos para investimentos no Município e protagonismo do desenvolvimento local e territorial;

6.4. Estruturada unidade de gestão estratégica e associada, pelo CONTRATADO a serviço dos interesses dos municípios consorciados; e

6.5. O CONTRATADO atuando na promoção do desenvolvimento social e cultural, do progresso econômico, equilíbrio ambiental e do desenvolvimento local e territorial sustentável.

6.6. Gerados os produtos previstos no(s) Contrato(s) de Programa (s), razão dos repasses de recursos previstos de Cota Variável, neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O CONTRATANTE repassará recurso ao CONTRATADO, na forma deste Contrato, com amparo na Lei Federal nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Lei Municipal Nº 538/2009 do Contrato de Consórcio Público e no do Estatuto Social, utilizando a dotação prevista abaixo.

7.2. Rubrica Orçamentária:

12.	Gerencia Municipal de Meio Ambiente
12.29	Departamento de Meio Ambiente
18.541.0915.2.074	Manutenção da Gerencia Municipal de Meio Ambiente
3.3.90.39.99	Outros Serviços Terceiros PJ

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA DO CIDECO

6.1. Presidente, Diretores e Secretário Executivo do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

Parágrafo Único: O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade à lei, ao Contrato de Consórcio Público e/ou ao Estatuto do CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste CONTRATO DE RATEIO, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a indenizar a outra, no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor em falta, sem prejuízo das demais medidas legais.

9.2. O inadimplemento de obrigação estabelecida neste Contrato obriga a parte faltosa às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público, nos Estatutos Sociais do CIDECO e § 5º, Artigo 8º da Lei nº 11.107/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ADITAMENTO E EXTINÇÃO

10.1. O presente Contrato de Rateio é irreversível, imutável e intransferível, não podendo ser rescindido, salvo na hipótese de extinção do CONTRATADO ou quando o CONTRATANTE não mais pertencer ao CIDECO, desde que atendidas formalidades e obrigações previstas, em conformidade com a Lei nº 11.107/2005, o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto social do Consórcio.

10.2. Este CONTRATO DE RATEIO, desde que não modifique o objeto, poderá ser modificado e prorrogado, na forma da lei, através de Termo Aditivo, mediante correção anual pela variação do IGPM, ou por resolução da Assembleia Geral, conforme define o §2º e §3º do artigo 27, do Estatuto Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Este instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

11.1. Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do CONTRATADO.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Deodápolis – MS, 04 de maio de 2015.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA (CIDECO)

Presidente Arceno Athas Junior
RG nº 1373121/PR e CPF nº 432.162.429-00



MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS

Prefeita Maria das Dores de Oliveira Viana
RG nº 904.172/MS e CPF nº 707.119.761-04

TESTEMUNHAS:



Rosangelly Campos de Moraes
RG. 001687060 - SSP/MS
CPF. 029.896.761 - 80



Orlindo dos Santos Souza
RG. 24.265.155 - 0 SSP/SP
CPF. 095.673.758-79